

Um avanço decisivo nas negociações com os bancos

8 JUN 1988

Após mais uma longa rodada de negociações, da qual participaram até o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, e o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, o governo brasileiro e o comitê assessor dos bancos credores finalmente acertaram uma fórmula para a vinculação parcial entre os desembolsos do empréstimo de 5,2 bilhões de dólares a ser concedido ao País e o cumprimento das metas acertadas com o FMI, ou seja, com os desembolsos das parcelas do crédito stand by por esse organismo internacional.

Segundo o esquema combinado, a primeira parcela do empréstimo dos bancos, no valor de 4 bilhões de dólares, que deverá ser liberada em julho ou agosto, e a segunda parcela, de 600 milhões de dólares, que estará disponível em dezembro, não terão qualquer tipo de vinculação com os desembolsos do FMI. Apenas a liberação da última parcela, também de 600 milhões de dólares, dependerá do cumprimento pelo Brasil das metas estabelecidas no acordo com o FMI para o último trimestre do ano. Na hipótese do não cumprimento das metas pelo País, a decisão de liberar ou não a última parcela será tomada em votação por 115 bancos que detêm 85% dos créditos ao Brasil.

Assim, falta apenas resolver a questão do arresto de bens brasileiros, no caso de uma nova moratória, para que seja firmado o acordo final entre o País e os credores privados. Sem dúvida, trata-se de um acordo político, que só se tornou possível graças ao envolvimento pessoal do secretário James Baker III. Os bancos, especialmente os canadenses, faziam questão de contar com a garantia do FMI, que representa um sinal de que o país devedor está realizando os ajustes macroeconômicos necessários e se empenhando para normalizar seus pagamentos internacionais.

Essa posição dos credores é perfeitamente compreensível, pois a moratória unilateral decretada pelo governo brasileiro nos tempos da ditadura econômica dos rançosos fósseis do PMDB prejudicou a imagem do País junto à comunidade financeira internacional, que ainda vê o Brasil com desconfiança, apesar de demonstrar toda confiança na orientação do ministro Mafson da Nóbrega. Não se deve esperar, portanto, que os banqueiros voltem a financiar projetos brasileiros como no passado.

Isso, aliás, nem seria desejável, porque o País não pode continuar financiando seu crescimento pela via do endividamento externo. Os novos projetos, a serem executados de agora em diante, terão de depender essencialmente de capitais de risco, internos e externos, mas para que esses capitais sejam efetivamente aplicados no desenvolvimento da economia brasileira há necessidade de um clima político e econômico favorável. É por essa ótica que o acordo com os bancos privados deve ser visto. Ele representa o fim da estratégia do confronto e a volta do diálogo.

Naturalmente, o fato de o Brasil estar trilhando esse caminho do bom senso e da racionalidade e a ajuda que vem sendo dada pelo governo dos Estados Unidos nas negociações com os bancos devem estar causando profundo descontentamento aos adeptos do calote e do rompimento com a comunidade financeira internacional. Eles estão sentindo o gosto amargo da derrota e as justas reações da sociedade brasileira contra as suas loucuras, que hoje só encontram espaço no novo texto constitucional. Depois de fracassarem na gestão da economia, na moratória e na tentativa de afastar o presidente Sarney do poder, a facção nacionalista da Constituinte concentrou seus esforços na aprovação de um conjunto de aberrações que em tudo contraria a abertura da economia e a redefinição do papel do Estado defendidas pelo ministro Mafson da Nóbrega.

Os credores externos e os governos dos nossos maiores parceiros comerciais, assim como os dirigentes do FMI e do Banco Mundial, não ignoram as dificuldades que essa minoria irresponsável está criando para o ministro da Fazenda. Por isso, têm feito o possível para ajudar o governo Sarney, agora empenhado em corrigir os erros da ditadura econômica do PMDB, a vencer essas resistências internas. O abrandamento das exigências dos bancos, que pretendiam uma estrita vinculação dos desembolsos do novo empréstimo com o cumprimento, pelo Brasil, das metas acertadas com o FMI, é mais um gesto de boa vontade de homens como os srs. James Baker III e Michel Camdessus, que, como o ministro Mafson da Nóbrega, estão apenas interessados na solução do problema da dívida.

Como já temos tido oportunidade de afirmar, essa negociação com os credores privados, feita ainda em moldes convencionais, é necessária neste momento, porque ainda não estão totalmente maduras as idéias que deverão resultar numa abordagem inteiramente nova da questão da dívida. Mas para fazer jus a essa nova abordagem os atuais países devedores deverão buscar o diálogo construtivo com os bancos privados, as instituições financeiras internacionais e os governos dos países desenvolvidos. Qualquer outro caminho não levará a parte alguma. Ao contrário, atrasará a solução do problema. Em 1987, ao decretar a moratória unilateral, o Brasil só perdeu tempo. Um tempo precioso para um país ainda pobre e carente de investimentos.